

Penna: falta sensibilidade aos credores

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, disse ontem, em Porto Alegre, que alguns dos governos dos sete grandes países credores do Terceiro Mundo estão sendo "insensíveis, inflexíveis e incoerentes no trato com seus devedores" e alertou: "A hora da verdade está cada vez mais perto. É conciliação ou conflito (palavra que, depois, ele pediu que fosse mudada para "confronto")". Explicou que, com isto, queria dizer que há o risco de atitudes unilaterais por parte dos devedores caso não haja uma modificação no comportamento de alguns credores. "Isto quer dizer que o Brasil poderia, por exemplo, decretar uma moratória de sua dívida?", foi-lhe perguntado. O ministro respondeu apenas: "Não, não. Eu não vou antecipar".

De qualquer maneira, o ministro acredita que em setembro ou outubro o Brasil conseguirá renegociar sua dívida externa de uma forma mais ampla, com fixação de prazos de carência, reajuste das condições de amortização e juros menores. "Os credores privados e os governos de seus países", disse, "já têm consciência da necessidade de renegociação de nossa dívida externa. Eu acho que, depois das negociações do México, o Brasil deverá começar a renegociar em melhores condições". Indagado sobre se as conversações poderiam chegar ao ponto de serem estabelecidas taxas de juros fixas para a dívida, e não mais flutuantes, como agora, o ministro disse que não pode prever o que acontecerá. "Vai depender da capacidade e da vontade política dos negociadores", afirmou.

Disse que a reunião dos sete devedores da América Latina em Cartagena, na Colômbia, se constituiu em uma estratégia para fazer chegar aos ouvidos dos governos mais "insensíveis" entre os credores o clamor pela necessidade de compreensão, e que, no caso do Brasil, esta compreensão deve ser muito mais importante para os chamados sete grandes. "Se a reunião fosse dos oito maiores países do mundo livre, o Brasil estaria presente. Lembrem-se disto", argumentou Camilo Penna. "Os grandes devem ter isto em mente."

E acrescentou que a mudança de comportamento necessária à conciliação, para evitar o confronto, é bastante ampla, atingindo vários setores. Em primeiro lugar, os governos dos países credores não podem, segundo ele, "fugir à responsabilidade de suas políticas monetária, fiscal e aduaneira, que têm de ser revisadas. Eles não podem continuar repassando para os devedores os seus problemas internos". Em segundo lugar, os grandes responsáveis pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial devem dar a estas instituições novos poderes, como o de o FMI refinanciar aumentos das taxas de juros ou conjugar a política deste órgão com a do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).